

Valo Grande: do erro ao descaso

A questão do Valo Grande, canal construído desastrosamente pelo homem há mais de um século, que a natureza se incubiu de alargar, determinando a morte dos 18 quilômetros finais do Rio Ribeira do Iguape, a partir da barra onde as águas do rio se juntam às do Oceano Atlântico – no município de Iguape, litoral sul de São Paulo –, é um exemplo clássico da ignorância ambiental de inícios do século 19, quando não se tinha idéia da real força das águas e de seu potencial de erosão. Em 1825, época em que o Vale do Ribeira se destacava por sua rica produção de arroz e por seus dois portos – um fluvial, o Porto do Ribeira, que recebia o produto da região, e um marítimo, o Porto de Iguape, de exportação – para encurtar a distância de 3 quilômetros entre os dois portos, que obrigava ao transporte por estrada, em carroças, surgiu a idéia de se abrir um canal para facilitar o escoamento da produção.

Com autorização do imperador d. Pedro I construiu-se um escoadouro de apenas 4,4 metros de largura, mas a força das águas, na busca do caminho mais curto para o mar, foi erodindo as margens arenosas, tanto que o Porto do Iguape foi assoreado – cau-

sando encalhe de navios – e se tornou inútil. Em 1879, os moradores pediram ao imperador (já d. Pedro II) o fechamento do canal. É que a cidade, que fora rica e próspera – com sua intensa atividade cultural, seis jornais, casas de teatro e de espetáculos que apresentavam importantes companhias estrangeiras –, se tornara uma ilha, cercada pelo Mar Pequeno, o Rio Ribeira e o Valo Grande, já com 200 metros de largura. Quarteirões inteiros, inclusive o cemitério da cidade, haviam sido destruídos. “A população fugia em pânico e as famílias mais tradicionais deixaram a cidade às pressas” – como descreveu o historiador José Paulo Orsini de Carvalho.

Demorou um século, e muitos estragos, para que as autoridades do governo do Estado de São Paulo, depois de intensa cobrança – e este jornal foi um dos que mais dela participaram –, resolvessem fechar o canal, construindo, no entanto, uma barragem de terra e pedras que durou menos de dez anos. Depois que as enchentes derrubaram de vez o barramento, o governo do Estado iniciou a construção de uma barragem com comportas, para controle da vazão. O projeto possibilitaria a abertura das comportas durante as cheias, regulando a cota do Ri-

beira. No meio da barragem estaria uma eclusa, para a passagem de barcos. Mas a obra parou em 1992, por alegada “falta de recursos”.

Desde 1994, com a queda final do que restava, como barragem de contenção, o Valo Grande alargou de vez e mais da metade das águas do rio passou a desembocar no Mar Pequeno, criando uma segunda foz. Assim, um dos mais importantes rios do Estado, antes caudaloso e repleto de peixes, está ficando quase sem vida. Na foz (original) do Ribeira, o que era um caudal com quase mil

metros de largura, “empurrando fortemente suas águas mar adentro, se transformou em um canal estreito e raso, pontilhado por bancos de areia” – conforme constata matéria do repórter José Maria Tomazela, publicada no **Estado**, no dia 25 de dezembro. É que, recebendo a invasão das águas do mar, e sem forças para arrastar os sedimentos por ela trazidos, o Rio Ribeira vai se tornando cada vez mais assoreado, prevendo os ambientalistas o fechamento total da barra e a transformação desse trecho em manancial de águas paradas.

Essa situação tem causado um verdadeiro desastre ecológico, e de grandes proporções, no complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananéia, um dos maiores berçários ictiológicos e de espécies do Planeta. Como afirmou o prefeito de Iguape, João Cabral Muniz, “além de causar a morte do Ribeira Velho (como é chamada a parte do rio posterior ao canal), o despejo

de água doce no estuário acabou com os peixes, camarões, ostras, caranguejos e siris”.

Como se explica que os últimos governos do Estado – in-

clusive o atual, por meio de seu secretário do Meio Ambiente – não tenham demonstrado alguma sensibilidade em relação ao problema? Por que o término da barragem não é considerado prioridade do Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira (Fundesvar), criado pelo governador Geraldo Alckmin, que recebe R\$ 46 milhões?

Sem dúvida aquilo que foi um grande erro, resultado da ignorância, no início do século 19, neste início de século 21 é um clamoroso descaso – com pleno conhecimento de causa.

Um crime cometido contra a natureza que já poderia ter tido correção

| | | | |
|---------------|-----------------------------|----|-----|
| Class. | 28/12/2001 | Pg | 113 |
| Data | 28/12/2001 | Pg | 113 |
| Fonte | DES/P (Notas e Informações) | | |
| SOCIOAMBIENTE | | | |
| DOCUMENTAÇÃO | | | |
| INSTITUTO | | | |